ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

O Prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899 - 1911)

Autores:
Débora Fernandes do Nascimento - FAUUSP - debora.nascimento@usp.br

Resumo:

A presente pesquisa visa estudar a influência da política urbana adotada por Antônio Prado, como prefeito de São Paulo, sobre a segregação urbana dos negros, evidenciando na sua administração uma questão racial que não é discutida. A combinação entre o tratamento dado à população negra, a difícil inserção dos manumitidos na sociedade de classes e a dinâmica espacial da cidade nesse período revela como as ações do prefeito contribuíram para a marginalização do negro na cidade e na estrutura social vigente, em uma formação sócio-racial-territorial que se manteve até hoje. Dessa forma, o aspecto racial presente nas obras urbanas de Prado assume grande relevância, à medida que essa característica permaneceu e se tornou recorrente no urbanismo que se praticou em São Paulo desde então. Em sua maioria, os negros ainda se concentram nas camadas mais baixas da população e suas moradias localizam-se na periferia.

O PREFEITO ANTÔNIO PRADO E A POPULAÇÃO NEGRA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1899 – 1911)

RESUMO

A presente pesquisa visa estudar a influência da política urbana adotada por Antônio Prado, como prefeito de São Paulo, sobre a segregação urbana dos negros, evidenciando na sua administração uma questão racial que não é discutida. A combinação entre o tratamento dado à população negra, a difícil inserção dos manumitidos na sociedade de classes e a dinâmica espacial da cidade nesse período revela como as ações do prefeito contribuíram para a marginalização do negro na cidade e na estrutura social vigente, em uma formação sócio-racial-territorial que se manteve até hoje.

Dessa forma, o aspecto racial presente nas obras urbanas de Prado assume grande relevância, à medida que essa característica permaneceu e se tornou recorrente no urbanismo que se praticou em São Paulo desde então. Em sua maioria, os negros ainda se concentram nas camadas mais baixas da população e suas moradias localizam-se na periferia.

PALAVRAS-CHAVE: Negros em São Paulo, Prefeito Antônio Prado, Urbanismo na Primeira República.

MODERNIZAÇÃO DA CIDADE E POPULAÇÃO INDESEJADA

Como primeiro prefeito de São Paulo, uma cidade que estava em intensa transformação, Antônio Prado buscou corresponder a essas mudanças, tendo também por objetivo trazer a modernização ao espaço urbano. Na história, ficou conhecido como o responsável por um dos maiores surtos modernizadores vividos pelo município, como o dirigente que apagou a cidade de taipa e trouxe a cidade europeia. No entanto pouco se debate sobre como as obras realizadas por Prado durante seu mandato na prefeitura de São Paulo (período de 1899 a 1911), afetaram a população paulista, principalmente a população negra.

Sem dúvidas, uma das maiores transformações vividas no país no século XIX foi a abolição da escravidão e todos os desdobramentos advindos desse fato. Os manumitidos passaram a fazer parte da população, mas essa participação não foi efetiva. O negro não foi inserido à sociedade e o Estado utilizou meios para manter os ex-escravos como grupo subjugado, situação essa que se manteve em São Paulo: os melhoramentos urbanos instaurados pelo primeiro prefeito contribuíram para a espacialização do negro, considerando seus lugares de cultura, encontro e moradia, expulsando-o das melhores regiões de São Paulo, dificultando o seu acesso aos bens públicos e aos benefícios da cidade e, portanto, marginalizando-o como cidadão.

Com esse panorama em mente, o presente trabalho tem o objetivo de estudar as transformações ocorridas na cidade de São Paulo durante o mandato de Antônio Prado a partir de uma análise racial, buscando assim entender a inserção do negro na sociedade e como o Estado contribuiu para uma segregação sócio-racial-territorial que ecoa até hoje. Considera-se, portanto, que o desenvolvimento urbano contém marcas históricas dos processos de definição de disputas sócio-territoriais entre grupos, inclusive aquelas de conteúdo racial.

Assim, como coloca Raquel Rolnik, mais do que regular a produção da cidade, a legislação urbana funciona também como marco delimitador de fronteiras de poder (ROLNIK, 1997, p. 13). Portanto, analisar a história de São Paulo levando-se em consideração os aspectos raciais que marcaram os projetos idealizados e/ou instaurados na cidade é importante para entender as transformações, as desigualdades urbanas e compreender os territórios urbanos para além da organização espacial da cidade, como espaços que contêm significados de cidadania e civilidade de acordo com os grupos que os ocupam (cf. ROLNIK, 1997).

São Paulo é uma das cidades mais importantes do país, mas tem uma história profundamente marcada pela segregação do negro. Após a abolição, a cidade passou por grandes surtos econômicos e populacionais que se refletiram no seu urbanismo e imprimiram a ele um padrão que busca manter a população negra à margem da cidadania. Assim, em seu território, São Paulo revela muitos dos embates que relegaram ao negro as porções mais precárias do território urbanizado, desde os primeiros tempos do seu desenvolvimento.

Para compreender a inserção do negro, além das obras urbanísticas, é necessário o estudo da sociedade da época e para esse fim foram analisadas notícias do periódico *O Correio Paulistano*, meio de divulgação das ideias da elite nesse período. O jornal também foi de propriedade do próprio Antônio Prado, tendo, portanto, grande ligação com o prefeito durante a sua gestão.

Assim, este trabalho traz o contexto histórico da época, analisando a passagem de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de classes, os resultados dessa transição para a população recém liberta, bem como as atuações dos ex-senhores e o Estado com relação a esse novo contingente. É também analisada a política do branqueamento, que foi essencial para legitimar ações como o estímulo a imigração que, em detrimento de políticas de inserção, buscou substituir o negro na sociedade e no mercado de trabalho.

Prado relaciona-se profundamente com o contexto apresentado e analisando sua carreira política e sua atuação como prefeito de São Paulo percebe-se um padrão que não visa o ex-escravo, mas sim a manutenção de relações de poder e de uma elite. *O Correio Paulistano* demonstra essa atuação, à medida que expressa o lugar do negro na sociedade e quais eram os papeis designados à essa população na nova estrutura social.

Antônio Prado teve, portanto, grande influência sobre a modernização da cidade e seu desenho e as obras urbanísticas instauradas durante a sua gestão tiveram grande impacto na ocupação territorial da população negra em São Paulo. Dessa forma é possível dizer que Prado representou, na sua atuação como prefeito, um padrão de inserção negro intrínseca na sociedade e imprimiu ao planejamento urbano uma questão racial que permanece desde então.

DESENVOLVIMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO RACIAL

A abolição da escravidão foi uma das grandes transformações do século XIX, marcando a mudança do regime escravocrata para o assalariado e a inserção na sociedade de classes. Como coloca Angela Alonso, "é desses eventos raros na história do país; divide águas, seja como fato, seja como símbolo" (ALONSO, 2014, p. 115). No entanto, a libertação apenas por si não foi suficiente para inserir os manumitidos na sociedade.

> "A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos de responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros da economia competitiva". (FERNANDES, 1978, p. 15)

Como coloca Florestan Fernandes, o negro foi liberto, mas nem o Estado nem a sociedade contribuíram para que essa nova população tivesse uma transição tranquila para o novo regime e fosse reconhecida como cidadã. Assim, mesmo com o conhecimento sobre as questões gerais relacionadas ao período da abolição, como as contradições entre a questão da libertação dos escravos, o movimento abolicionista, o governo e a sociedade, cresce o debate sobre o real significado da abolição para o povo negro, já que o Estado, ainda que eliminando a escravidão de todo o país, não implementou nenhuma política para garantir a cidadania e a condição de igualdade aos emancipados.

O manumitido perdeu o espaço que tinha na sociedade como elemento fundamental para a produção, sem que nada lhe fosse oferecido como garantia. Foi substituído pelo

imigrante em seus postos de trabalho, de modo que os ex-senhores não tiveram interesse em empregar a população liberta. Locais de cultura, encontro e moradia foram sendo apagados ou destruídos, muitas vezes pelo próprio Estado. O negro teve finalmente a sua liberdade, mas na prática isso não representou uma mudança significativa na sua efetiva autonomia.

Nesse contexto, no lugar de políticas para promover a inserção dos ex-escravizados, emergiu a "ideologia do branqueamento", ou seja, a crença segundo a qual a substituição do manumitido por imigrantes brancos levaria paulatinamente à eliminação do elemento negro da sociedade (SKIDMORE, 2012, p.111; SCHWARCZ, 1993, p. 85). Essa ideologia foi essencial para marcar as diferenças raciais como fator determinante de desigualdades sociais, legitimando a exploração do negro e sua manutenção nas camadas mais pobres da sociedade.

> "Como não houve integração imediata do negro liberto e de seus descendentes ao mercado de trabalho, eles se mantiveram em posições sociais de franca inferioridade, semelhantes às ocupadas anteriormente. Assim, as diferenças raciais continuaram a expressar inferioridade social, mantendo-se os preconceitos e as discriminações, embora com as novas funções sociais de afastá-los e prejudicar na concorrência econômica, social e cultural. " (CARDOSO, 2008, p. 13)

Uma das figuras proeminentes no processo de abolição, o Conselheiro Antônio Prado (Figura 1) fez parte do movimento contra a escravidão e posteriormente tornou-se o primeiro prefeito de São Paulo. Neste posto, executou grandes planos de ordenamento urbano, tornando-se, segundo Prestes Maia, responsável pelo "segundo surto urbanístico" da cidade (TOLEDO, 2004, p. 59).

Apesar de sua atuação pela libertação dos escravos, Antônio Prado também foi grande entusiasta da ideologia do branqueamento e essa ambiguidade revela sua convicção como abolicionista[1]. Ocupando um cargo político de grande importância, Prado pouco fez pelos ex-escravizados, muito pelo contrário as grandes transformações que fez na cidade pouco se direcionaram aos mais pobres e quando sim, se caracterizavam por atuações voltadas a questões sanitárias e de expulsão dessa população para as áreas mais afastadas do centro.

Vindo de uma família tradicional de fazendeiros, Antônio da Silva Prado (1840-1929) foi político de longa carreira, empresário e banqueiro. Foi fundador e Presidente da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais e da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Durante a monarquia, em seus vários mandatos políticos, esteve presente nas discussões sobre a abolição, defendendo o fim da escravidão, desde que esta não afetasse os interesses dos grandes fazendeiros. Nessa posição, foi escolhido para auxiliar na redação de leis como a

[1] Antônio Prado era considerado um conservador moderado e escravista. Em meio aos atritos entre abolicionistas e senhores de escravos, Prado tornou-se defensor da abolição buscando equilibrar as demandas de ambos os lados e garantir os interesses dos grandes fazendeiros. Assim, o Conselheiro pode ser considerado um "abolicionista de última hora", cujo objetivo era garantir a estabilidade política e econômica do grupo social dominante. Como coloca Thomas E. Skidmore: "Antônio Prado, um dos mais ricos fazendeiros de São Paulo, [...] apoiou a emancipação incondicional em maio de 1888, ainda que no ano anterior se opusesse com ardor ao fim da escravidão" (SKIDMORE, 2012, p. 80)

Saraiva Cotegipe e a Lei Áurea, com a função de inserir na legislação as melhores ações para manter a estabilidade econômica e política de acordo com os desejos das grandes elites[2].

Figura 1: Retrato de Antônio Prado.
Fonte: Autor desconhecido. Acervo Icnográfico USP.

Como grande defensor da ideologia do branqueamento, Prado teve papel essencial para implantar no país uma política de atração de imigrantes, por meio de subsídios do governo brasileiro e acordos com governos europeus. Contraditoriamente, apesar de suas atitudes pela libertação dos escravos, ele não procurou estimular a conversão dos negros em trabalhadores, em vez disso buscou substituir o negro pelo imigrante. Assim, em São Paulo "como em nenhum outro lugar do país foram os imigrantes brancos tão claramente os 'ganhadores' e os negros 'os perdedores' do desenvolvimento econômico e da prosperidade". (HASENBALG, Carlos, 1999, p. 09 apud ALBERTO, Paulina, 2017, p. 48)

Como coloca Paulina Alberto (2017), São Paulo chegou a ser o melhor exemplo do sucesso do processo do branqueamento. Desejava-se o branco, já que o negro era visto como uma raça inferior, uma população preguiçosa que não servia para o trabalho. Para esse resultado, além do incremento por parte da imigração, as taxas de mortalidade maiores entre negros e as mudanças na avaliação daqueles que poderiam ser classificados como brancos

[2]Antônio Prado foi o maior cafeicultor de São Paulo e grande proprietário de escravos. Como conservador, assegurou sua simpatia pela abolição desde que de acordo com os seus interesses e os da elite cafeicultora. Foi assim, por exemplo, com a Lei Saraiva Cotegipe, a qual Prado só apoiou quando foram garantidas algumas modificações no projeto. (ALONSO, 2015, p. 286).

fizeram com que a população se tornasse de maioria branca durante a Primeira República (ALBERTO, Paulina, 2017, p. 46).

A superioridade da raça branca marcava o debate na escala internacional, com estudos como o "Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas" de 1855, do conde francês Joseph Arthur de Gobineau, que visava ratificar estas noções (cf. GAHYVA, 2011). Gobineau colocou em comparação as raças branca, amarela e negra, pontuando suas supostas diferenças, com o intuito de comprovar a superioridade da primeira em relação às outras, principalmente em relação à última. O autor defendia também que, apesar de inevitável, a miscigenação era uma forma de degeneração da raça superior. Assim, seu ensaio se tornou uma ferramenta para corroborar o preconceito de cor, colocando o negro e o mestiço como raças inferiores. Publicações como a de Gobineau ajudaram a difundir a ideologia da superioridade racial no mundo ocidental, disseminando no senso comum o racismo.

A ideologia do racismo, penetrou na sociedade por meio de suas instituições, legitimando uma atuação que relega ao negro as posições mais baixas na sociedade e na cidade (SCHWARCZ, 1993, p. 75; SKIDMORE, 2012). A raça, portanto, permanece como fator essencial para a inserção social do negro no pós abolição, marcando as oportunidades de ascensão social e o reconhecimento como cidadão, moldando inclusive as atitudes do Estado para com os manumitidos.

Antônio Prado é símbolo da ambiguidade presente no contexto do pós-abolição. Como "conservador de veludo" (ALONSO, 2015, p. 285), fez parte do movimento abolicionista, não pela liberdade dos escravos, mas pela proteção dos interesses econômicos e políticos da elite. Assim, se na monarquia Prado demonstrava interesse pela liberdade dos escravos, mesmo que não genuína, como político republicano nada fez pela população liberta. Ao contrário, o ex-prefeito agiu em detrimento do fortalecimento dos manumitidos como cidadãos. O período de sua administração como prefeito torna-se, portanto, emblemático para a análise do significado do pós-abolição na Primeira República para os negros, do ponto de vista do urbanismo em São Paulo.

O Jornal *O Correio Paulistano*, que foi durante a década de 1880 editado pelo próprio Antônio Prado, é uma fonte preciosa para se compreender o modo como a população negra era vista pela elite paulistana do período. Publicado entre 1854 e 1963, teve a direção editorial assumida por Antônio Prado em 1882, o qual deu ao jornal uma orientação abolicionista e republicana, mas o levou, depois de algum tempo, às vias conservadoras.

> "Nascido [...] como um órgão de imprensa liberal e independente, logo a seguir conservador e dependente do poder político oficial da província de São Paulo, novamente adepto da trilha liberal, abolicionista e republicana, o Correio Paulistano tornou-se mais uma vez oligárquico e conservador depois do advento da República, atingindo nesse período sua maioridade e prestígio juntamente com o PRP, então dirigido pelos oligarcas paulistas Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Morais, Antônio Prado e Francisco de Paula Rodrigues Alves, entre outros." (COHN, Amelia, 1981, p.1)

Lendo suas páginas, é possível perceber que, conforme se aproxima a abolição, aumenta a tensão entre o governo e os fazendeiros em relação aos escravos. No entanto, é curioso observar que, entre o fim do século XIX início do século XX, o negro quase desaparece das notícias. A grande ênfase passa a ser o trabalhador livre imigrante, bem como as ações de Antônio Prado para estimular a imigração e as formas de estabelecer a nova mão de obra. O negro, quando aparece, é tratado com um tom pejorativo, é "malandro", "bruxo", "ladrão", "assassino" (Figura 2). A mulher negra é sexualizada, "feiticeira" que seduz o homem branco "de bem" e que, como prole, tem descendentes deficientes e de moral duvidosa (cf. CP, 24/05/1891).

Não são incomuns no jornal, textos que apresentam "provas" da inferioridade do negro. Os artigos o descrevem como alguém que foge ao trabalho e não acrescenta em nada à nação. Ao mesmo tempo, o jornal exalta a vinda de imigrantes europeus, vistos como homens que tem o sangue nobre do trabalho. O negro, então, torna-se um elemento a ser apagado. Em outras palavras, se durante a escravidão o negro era uma mercadoria, na emancipação passa a ser motivo de vergonha: "[...] O espantoso movimento que tem tido lá a imigração, há de forçosamente expulsar do trabalho o negro cansado, retardatário e odioso como agente da produção nacional" (cf. CP. 6/11/1887).

Assignatura para a capital

Anno . . . . . 14$000
Semestre . . . . . 7$000
Trimestre . . . . . 3$000

Pagamento adiantado

REDACÇÃO

RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 51

Numero do dia 60 réis

CORREIO PAULISTANO

ORGAM REPUBLICANO

Assignatura para o interior

Anno . . . . . 18$000
Semestre . . . . . 9$000

Pagamento adiantado

ADMINISTRAÇÃO

RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 51

Numero atrazado 200 réis

ANNO XXXVII | BRAZIL -- São Paulo -- Domingo, 24 de Maio de 1891 | N. 10.411

A NOVA YORK
NEW-YORK LIFE INSURANCE CYT (GREGORIO DE VIDA)
Escriptorio da Succursal, rua 15 de Novembro n. 34
Fernand Dreyfus, gerente

BOLETIM REPUBLICANO
AO ELEITORADO DE S. PAULO

Cumpre-nos externar publicamente as razões pelas quaes temos aconselhado aos nossos amigos que não concorrem á eleição determinada pelo governo para 4 de Junho proximo, sob o motivo allegado de duas renuncias do mandato de deputado ao Congresso Federal.

Entendemos que a renuncia do mandato é effectua-se quando apresentada á respectiva camara e por esta acceita; antes disto, não póde o governo do Estado considerar existente a vaga e ordenar o preenchimento.

Dado, porém, que se realisassem vagas, não poderia o governo mandar executar o regulamento de 28 de Junho de 1890. O pro-

são elementos homogeneos; estão ostensivamente identificados na obra machiavelica de desmoralisar a republica, de opprimir a nação, instituindo o governo pessoal, falseando o regimen federativo, destruindo a Constituição.

Em taes condições, o congresso constituinte eleito pelo dr. Amarico, levará sua condescendencia ao ponto de elegel-o governador deste Estado? Será licito, será patriotico pagar-se um favor pessoal com o voto politico, dado em detrimento da causa publica?!

Eleger para governador de S. Paulo o dr. Americo Brazilioense, é eleger o secretario

eleger o sr. Lucena.

E' arrisear os nossos foros ante a politica nortista, sempre ciosa e hostil; é humilhar este povo, implantar aqui a supremacia anti-paulista.

E, em summa, sacrificar o Estado de S. Paulo.

UMA TRAGEDIA

Tem causado muita sensação no mundo litterario e artistico de Paris a noticia da tentativa de assassinato na pessoa de Ma-

ANTONIO PRADO NA ITALIA

Temos sobre a mesa de redacção varias folhas italianas nas quaes encontram-se detalhadas descripções das homenagens rendidas em Napoles, por occasião de sua visita áquella cidade, em mezdos do mez passado, ao nosso eminente concidadão, o honrado paulista Antonio Prado.

O «Corriere di Napoli», «Il Pungolo», «Il Bersagliere», «Il Piccolo», «Il Paese», «La Montagna», toda a *stampa* emfim, consagra honrosissimas referencias ao distincto visitante.

Da «Montagna» de 21 de Abril, extracta-

sagrado pelos amigos e admiradores do sr. Antonio Prado, tão numerosos neste Estado.

EM HONRA DE PRADO

O BANQUETE NO CAFÉ D'EUROPA

Por convite assi-timos o banquete offerecido hontem á noite a Antonio Prado pela melhor sociedade napolitana.

Ao redor do illustre estadista viam-se homens politicos, vultos proeminentes do nosso fóro, artistas, homens de sciencia, jornalistas e gente escolhida de todas as

A ESCRAVA

Emquanto os outros negros companheiros
Bailam em frente á lagoa serena,
E da fausta vivenda a rica ala
Percorre a dança em giros ligeiros;

Emquanto a noite com seu mais fagueiros
Como um segredo tropical se exhala,
E a quente aragem que a primeira embala,
Treme na leve rama dos coqueiros;

Emquanto a festa vivida, incelemente,
Louca de febre e graças soberanas,
Prende o senhor e o escravo juntamente:

Recorda tristemente, triste pelo
A solidão das noites africanas.

O CEGO

Hontem nos canto longo e amargurado,
Entre os grupos do povo sussurrante
Vibrou convulso, rouco, soluçante,
Como os queixumes de um alma magoado.

E quando o humilde cego desgraçado,
Morto de fome e quasi agonisante,
Ahria a mão gelada e supplicante,

A RAÇA NEGRA

Transcrevemos hoje a traducção seguinte do *Jornal do Commercio*:

« Sempre que se offerece uma occasião opportuna, procuro estudar o gosto litterario dos negros educados do Sul. A meu ver, é este um assumpto digno de cuidadoso exame.

Existe aqui uma raça que, no que diz respeito á instrucção, está fóra dos limites da selvageria. E' na verdade uma raça singularmente civilisada em tudo, excepto quanto ás chamadas qualidades negativas.

O negro não é nem belicoso nem perdido, antes pouco se preocupa com a sua religião por conviccção. Os mais patentes signaes de selvageria que apresentam têm a sua origem na superstição. Com effeito, o negro *puro*, isto é, o puro sangue africano, é um genio nato; nem a educação das escolas, nem a mais consistente educação religiosa conseguem fazer desapparecer o seu caracter pagão.

Todos aquelles que se dedicam ao estudo da raça negra no Sul devem ter observado perfeitamente que o cruzamento com o sangue branco enfraquece-a, introduzindo no mesmo tempo um elemento re-

TURF

Houve em 26 de Abril passado importantes corridas no Bois de Boulogne, em Paris.

Os principaes premios foram disputados pela forma seguinte:

Corrida de ensaio de poldras.—Premio 30.000 francos.—Distancia 1.600 metros.

Foi vencedora Primerose, pertencente a Michel Ephrussi, e dirigida por E. Cooke, em 1m'25, que ganhou de Trompette e Princesse.

Corrida de ensaio de poldras.—Premio 30.000 francos.—Distancia 1.600 metros.—Venceu Le Hardy em 1m'25, seguindo-se Marli Grise, Berenger e Zogano, sendo o Le Hardy de propriedade de Camille Blanc e havendo sido montado por Rouleau.

Corrida do 23º premio diesnal.—Premio 20.000 francos.—Distancia 3.200 metros.

Venceu Alicante, que ganhou a corrida em 2m', chegando Le Glorieux em segundo e Mirabeaux em terceiro.

Em Abril passado realisaram-se em Bru-

OS DURUM

O latim é uma lingua morta, dizem todos os que têm lingua viva.

Mas o que é certo é que no latim se nos deparam phrases de uma precisão extraordinaria. Os DURUM, por exemplo, é uma dellas, exprime um pensamento choio de verdade, no caso pertinente.

O sr. Lucena não passa de... os DURUM, e este é o caso.

Uma outra ministerial, sem mais nem menos.

Chova embora, o sr. barão dos barões não se move, não se moxei haja sol embora, o sr. Thiers-ahrim não dá de si, tem os pesgiz para tudo.

Agora, por exemplo, o presidente da Republica reorganisou o ministerio, e o homem lá fica, com o mesmo desempenho, com o mesmo desembaraço. Impassivel!

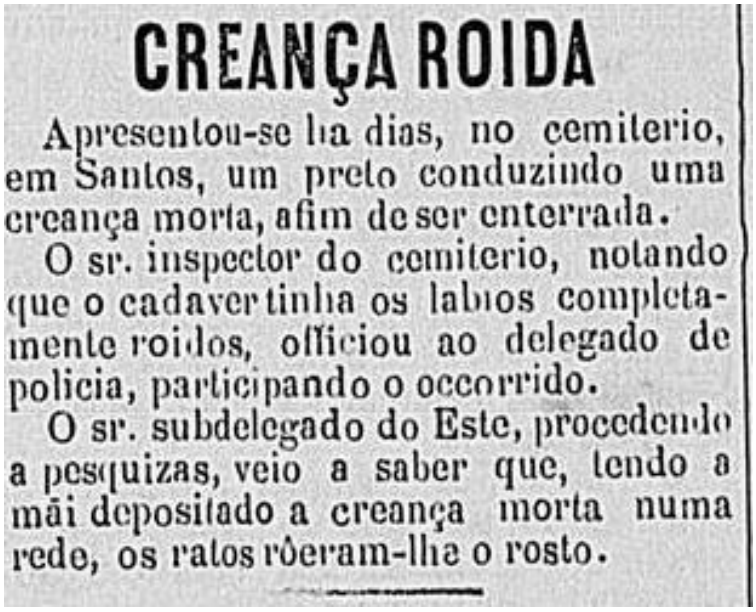
Irribus! Que o sr. Lucena é impassivel a valer, valha a verdade. E' o Zeus da politica actual, é o deus indiano que, na sua passagem, esmaga sob as rodas de seu carro milhares de fanaticos adoradores.

E de tal arte é a sua impassibilidade que chama para junto de si um illustre desconhecido, simples conductor de um nome de

Figura 2: Primeira Página O Correio Paulistano de 24/05/1891.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

É perceptível, na leitura do periódico, que a situação de pobreza da população negra é extrema, o que corrobora a ideia de que esta permanece como o grupo subjugado da sociedade, como motivo de vergonha. A morte do ex-cativo não tem importância, é motivo

de chacota, enquanto que seu corpo é roído por ratos como evidência da sua vida de miséria (Figuras 3 e 4).



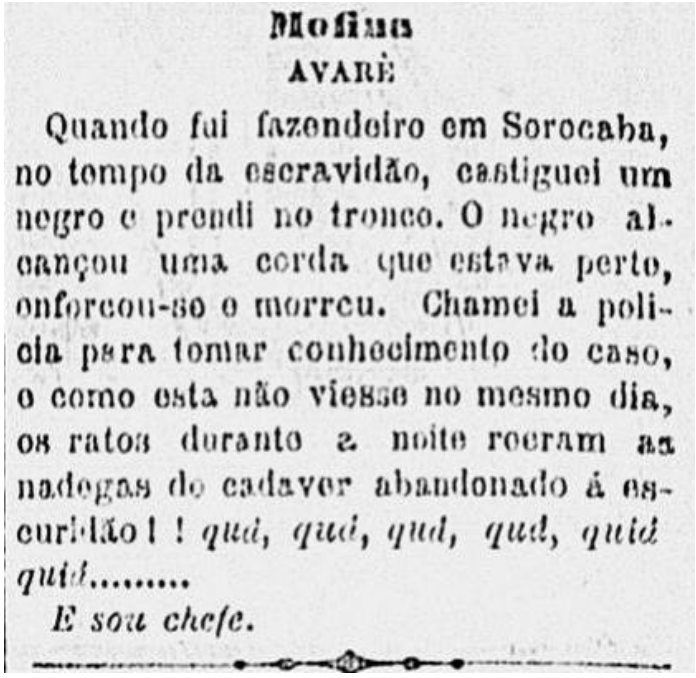
CREANÇA ROIDA

Apresentou-se ha dias, no cemiterio, em Santos, um preto conduzindo uma creança morta, afim de ser enterrada.

O sr. inspector do cemiterio, notando que o cadaver tinha os labios completamente roidos, officiou ao delegado de policia, participando o occorrido.

O sr. subdelegado do Este, procedendo a pesquizas, veio a saber que, tendo a mãi depositado a creança morta numa rede, os ratos rôeram-lhe o rosto.

Figura 3: Reportagem O Correio Paulistano de 17/04/1890.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.



Mofina

AVARÉ

Quando fui fazendeiro em Sorocaba, no tempo da escravidão, castiguei um negro e prendi no tronco. O negro alcançou uma corda que estava perto, enforcou-se e morreu. Chamei a policia para tomar conhecimento do caso, e como esta não viesse no mesmo dia, os ratos durante a noite roeram as nadegas do cadaver abandonado á escuridão ! ! *qud, qud, qud, qud, quid quid*.....

E sou chefe.

Figura 4: Reportagem O Correio Paulistano de 30/07/1900.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Como prefeito de São Paulo, Antônio Prado atuou visando à modernização da cidade, o que significava, naquele momento, imprimir-lhe uma feição europeizada. Assim, Prado, além de implementar redes de eletricidade, saneamento e meios de transporte mais eficientes (Figura 5), também estimulou a abertura de espaços públicos e ajardinados (Figura

6) que permitiam a entrada de sol e auxiliavam a combater surtos epidêmicos (cf. SEGAWA, 2000; SIMÕES, 1995). A prefeitura cercou-se também de especialistas como o engenheiro e urbanista Victor Freire e o médico sanitarista Emílio Ribas.

A questão sanitária também foi de grande importância para Prado, tanto por causa da saúde pública quanto para melhorar a imagem de São Paulo no exterior. Como grande defensor da política da imigração, o prefeito tinha consciência da influência que as epidemias podiam causar no contingente imigratório. Como coloca Raquel Rolnik:

> "Deu-se a ligação entre a imigração e a questão sanitária devido à preocupação com o risco de epidemias comprometerem os esforços do governo estadual em formar uma oferta permanente de trabalho e limpar a imagem do território paulista no exterior. O medo gerado pela ameaça das epidemias, especialmente a da febre amarela, reduziu drasticamente o número de imigrantes. Entre 1890 e 1899, cerca de 120 mil imigrantes chegavam ao Brasil a cada ano. Entre 1900 e 1904 as entradas anuais caíram para 50 mil. " (ROLNIK, Raquel, 1997, p. 39)

Com a intenção de evitar o alastramento de doenças, construções de habitação coletiva (Figura 7) são vistas como grande foco de doenças e imoralidade, sendo assim alvo das intervenções municipais. Essas construções eram a solução habitacional das camadas mais pobres da população, que eram compostas em sua maioria pela população negra (cf. ALBERTO, 2017; ROLNIK, 1997), o que corroborou para a construção de uma imagem negativa dos ex-escravos e demarcação dos seus locais de moradia como territórios rejeitados urbanisticamente (cf. ROLNIK, 1997).

> "Diminuir o número de moradores nas casas destinadas aos pobres é providência útil e hygienica, e é por isto que certas medidas policiais e municipais conviriam ser adoptadas. Como é sabido, é nas estalagens e cortiços que vivem aglomeradas centenas de vagabundos, capoeiras, etc. que impestam moralmente esta cidade" (TEIXEIRA, José Maria, 1886, p. 21 apud ROLNIK, Raquel, 1997, p. 41)

A questão sanitária era importante para garantir proteção à população, mas também era considerada necessária num ponto de vista das finanças do município e capacidade de produção, característica da sociedade de classes. Vitor da Silva Freire, que foi por 37 anos diretor municipal de obras da cidade de São Paulo (ROLNIK, 1997, pg. 43) e teve grande influência na formulação de medidas de higiene urbana coloca:

> "Essa vida em comunidade acarreta, por seu lado, inconvenientes desconhecidos ao estado de disseminação. Inconvenientes que apresentam uma gama variadíssima e que se estendem desde o enfraquecimento directo das condições de resistência do organismo individual até a ameaça na ordem moral, de dissolução da própria família.
>
> Vão repercutir taes inconvenientes na capacidade de produção da sociedade, essa mesma capacidade que ela busca justamente avolumar pela

> aglomeração. Tendem a diminuil-a. Pela morte: attribue-se dez a vinte contos ao equivalente de um brasileiro, valido e trabalhador. Pela enfermidade, pela degenerescência, pela prostituição, pela embriaguez, pela vagabundagem, pelo crime, obrigando o Estado a multiplicar os hospitais, asilos, prisões e policiamento. ” (FREIRE, Victor da Silva, 1891, p. 231 apud ROLNIK, Raquel, 1997, p. 43)

Além das ações voltadas à higiene, entre as obras de reformulação urbana que foram promovidas durante a gestão de Antônio Prado destacam-se a reforma do Vale do Anhangabaú com a criação do jardim e a construção do Teatro Municipal; a edificação de um novo Viaduto do Chá para acomodação de novos bairros de elite nos Campos Elíseos; os investimentos em reforma na estação e Jardim da Luz e a reurbanização do Parque D. Pedro II. Prado reformou a cidade, de modo que cada vez menos se reconhecesse a cidade de Taipa; agora ela era a cidade de Tijolo, a nova Paris, a “cidade dos italianos” (cf. PORTA, 1954; PETRONE, 1955; TOLEDO, 2004; PEREIRA, 2004).

Figura 5: Cartão Postal n°8 – Praça Antônio Prado.
Fonte: Guilherme Gaensly (1905/1910). Sampa Histórica.
(https://sampahistorica.wordpress.com/2015/07/08/a-serie-b-de-guilherme-gaensly)

Annexo N.º 23

PREFEITURA MUNICIPAL

Anno de 1905

Directoria de Obras

PLANTAÇÃO E ARBORIZAÇÃO de alinhamento de 1900 a 1905

Ruas	Essencias	Quantidade	Grades de protecção das caldeiras das arvores
Rua Alegre da Luz	Eucalyptus	48	
Rua Bandeirantes	»	53	
Rua Marquez de Tres Rios	»	71	
Rua Prates	Platanus Orientalis	37	
Rua Guarany	»	60	
Rua Amazonas	»	44	
Rua Ribeiro de Lima	Magnolia amarella, andassú	85	
Rua José Paulino	Eucalyptus, Jaca, Ligustrum Japonicum	62	39
Rua João Theodoro	Eucalyptus	162	
Rua Duque de Caxias	Platanus Orientalis	65	
Rua Helvetia	Magnolia amarella - Ligustrum	177	
Rua dos Guayanazes	Platanus Orientalis	230	184
Rua Victorino Carmillo	»	53	
Rua Adolpho Gordo	Eucalyptus, Plat. Orientalis	72	
Rua da Barra Funda	Magnolia amarella	145	
Rua Marquez de Itú	Platanus Otientalis	168	168
Rua Veridiana Prado	Magnolia amarella	139	
Rua Aurora	»	122	
Rua Bento Freitas	»	85	
Rua Sebastião Pereira	Magnolia amarella, Cedro nac	74	
Rua das Palmeiras	Eucalyptus	99	
Rua Dr. Villa-Nova	Magnolia amarella	4	
Rua Caio Prado	Platanus Orientalis	53	
Rua Augusta	»	99	
Rua Santo Antonio	Magnolia amarella	36	
Rua da Liberdade	Grevillea robusta	137	
Rua Taguá	Eucalyptus	31	
	A transportar	2410	391

Ruas	Essencias	Quantidade	Grades de protecção das caldeiras das arvores
Transporte		2410	391
Rua Santo Amaro	Platanus Orientalis	297	
Rua Pedroso	» » Cuniferos	200	
Rua da Consolação	Grevillea robusta	502	200
Rua José Monteiro	Platanus Orientalis	21	
Rua Paraizo	Andassú	77	
Rua Itapetininga	Platanus Orientalis	61	60
Rua São João	»	18	18
Rua do Aronche	Ligustrum	28	
Rua Vieira de Carvalho	»	41	
Rua dos Tymbiras	»	115	
Rua Antonio de Mello	»	50	
Rua Sabará	»	18	
Rua Brigadeiro Galvão	»	75	
Rua Gomes Cardim	»	109	
Rua Brigadeiro Machado	»	110	
Rua Barão de Campinas	Platanus	73	
Rua Jaguaribe	»	82	
Rua Martim Francisco	»	134	
Rua D. Maria Antonia	»	92	
Rua Monsenhor Andrade	»	197	
Rua Americo Braziliense	»	58	
Rua Dr. Dutra	»	50	
Rua Prudente de Moraes	»	43	
Rua Campos Salles	»	59	
Rua Coronel Mursa	»	68	
Rua Aristides Lobo	»	38	
	A transportar	5126	769

Figura 6: Tabela de obras em ajardinamentos no período de 1900 a 1905 da Directoria de Obras do Município de São Paulo.
Fonte: Relatórios da Prefeitura. Acervo Histórico Municipal de São Paulo.

Figura 7: Grupo de crianças em Cortiço em Santana.
Fonte: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

O principal instrumento utilizado pelo poder público municipal para dar ensejo às reformas urbanas do período foi a desapropriação, que foi, segundo Naclério Homem (1998), um dos maiores gastos do município na época. Esse instrumento era utilizado para atribuir à cidade de São Paulo a feição moderna, que era o grande objetivo de Antônio Prado, e isso significava não apenas a destruição de antigas construções e sua substituição por novas, mas também a retirada de uma população indesejada das áreas centrais da cidade, em outras palavras, a expulsão da população negra dos locais mais valorizados de São Paulo.

Um grande exemplo disso está nas ações da prefeitura em relação à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figuras 8 e 9), hoje localizada no Largo do Paissandu, mas originalmente construída no Largo do Rosário, no século XVIII[3]. Em sua localização original, a igreja estava inserida no circuito da comunidade negra, representando não só um lugar de religião, mas também um local de moradia, convivência e cultura dos manumitidos[4]. Segundo Clovis Moura, a comunidade ao redor e a Igreja foram desapropriadas no fim do século XIX, sob o pretexto de abrir espaço para o desenvolvimento da cidade.

> "Tanto as casas como o cemitério foram desapropriados. Ainda segundo Raul Joviano do Amaral, a 'utilidade municipal' (razão alegada para a desapropriação) era um eufemismo que escondia as verdadeiras intenções das autoridades: tirar a igreja dos negros do privilegiado local em que se encontrava, na área mais valorizada da cidade. A iniciativa da edilidade criou uma crise na Irmandade e houve necessidade de medidas conciliatórias para não desunir os irmãos. Depois dos casebres africanos evidentemente seria a vez da velha igreja." (MOURA, 1983, p. 148)

[3] Atualmente, o antigo Largo do Rosário tem o nome de Praça Antônio Prado, em homenagem ao ex-prefeito. O passado de melhorias foi reconhecido a partir dessa mudança de nome, que privilegiou as conquistas da elite branca no local. No entanto, em contraponto ao predomínio branco e fruto das lutas do movimento negro, em 2016 foi inserido na Praça Antônio Prado o monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares, pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) por ocasião do Dia da Consciência Negra. O monumento é uma obra do artista José Maria dos Santos, com dois metros de altura e produzido em bronze.
A escolha da Praça é emblemática, pois era o local onde havia originalmente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Assim, quase um século após a retirada, a população negra volta a ser lembrada como parte da construção da cidade e o processo de apagamento e segregação é parcialmente reconhecido

[4] De acordo com Moura (1983), a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo nasceu das dificuldades dos manumitidos de conseguirem manifestar suas crenças africanas, organizando-se então sob as crenças da religião dominante. A irmandade teve papel fundamental na "vida social dos negros em São Paulo", mantendo, além da prática religiosa, um cemitério e toda uma comunidade que foi construída ao redor da Igreja N.S. do Rosário.

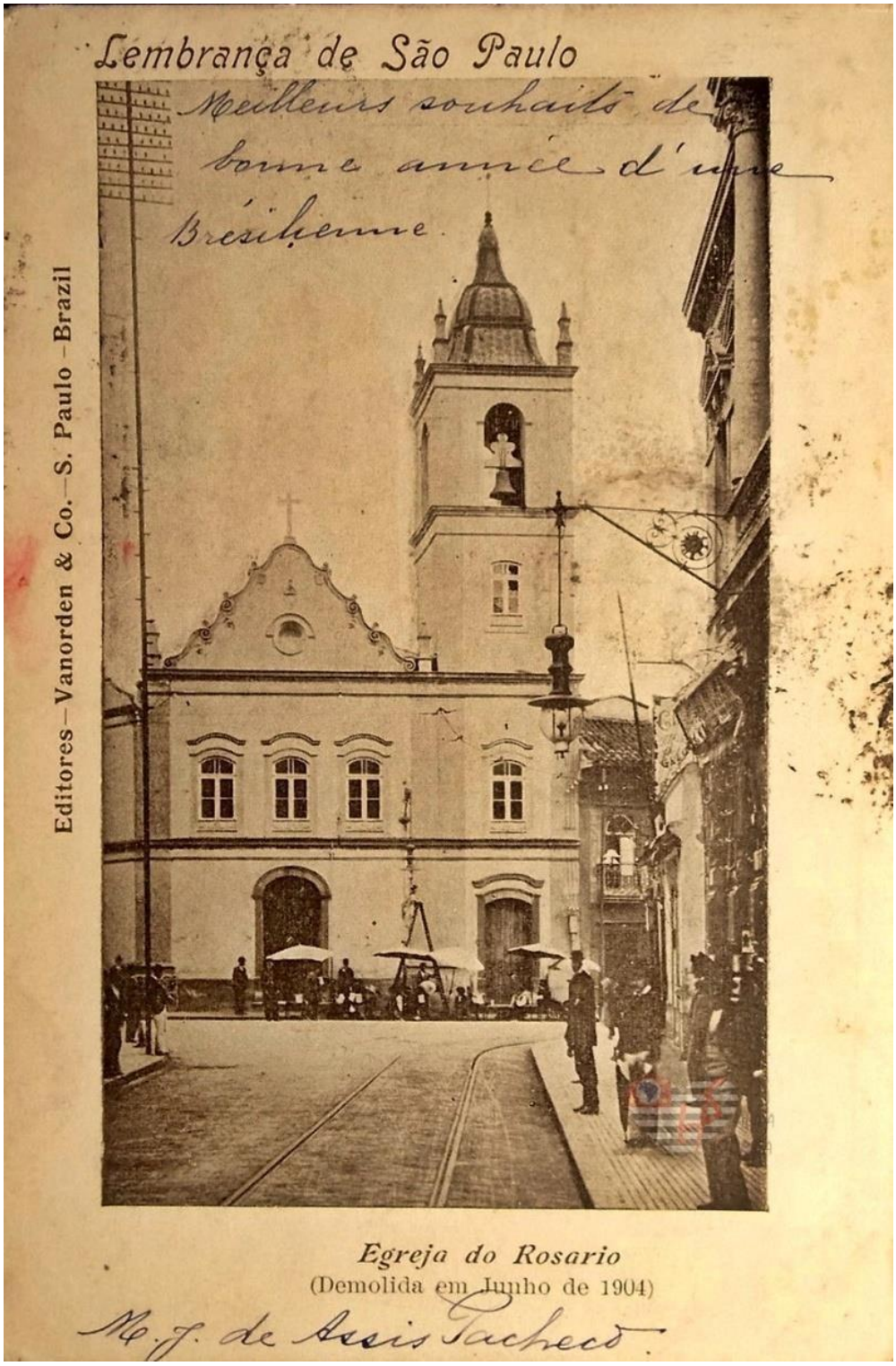
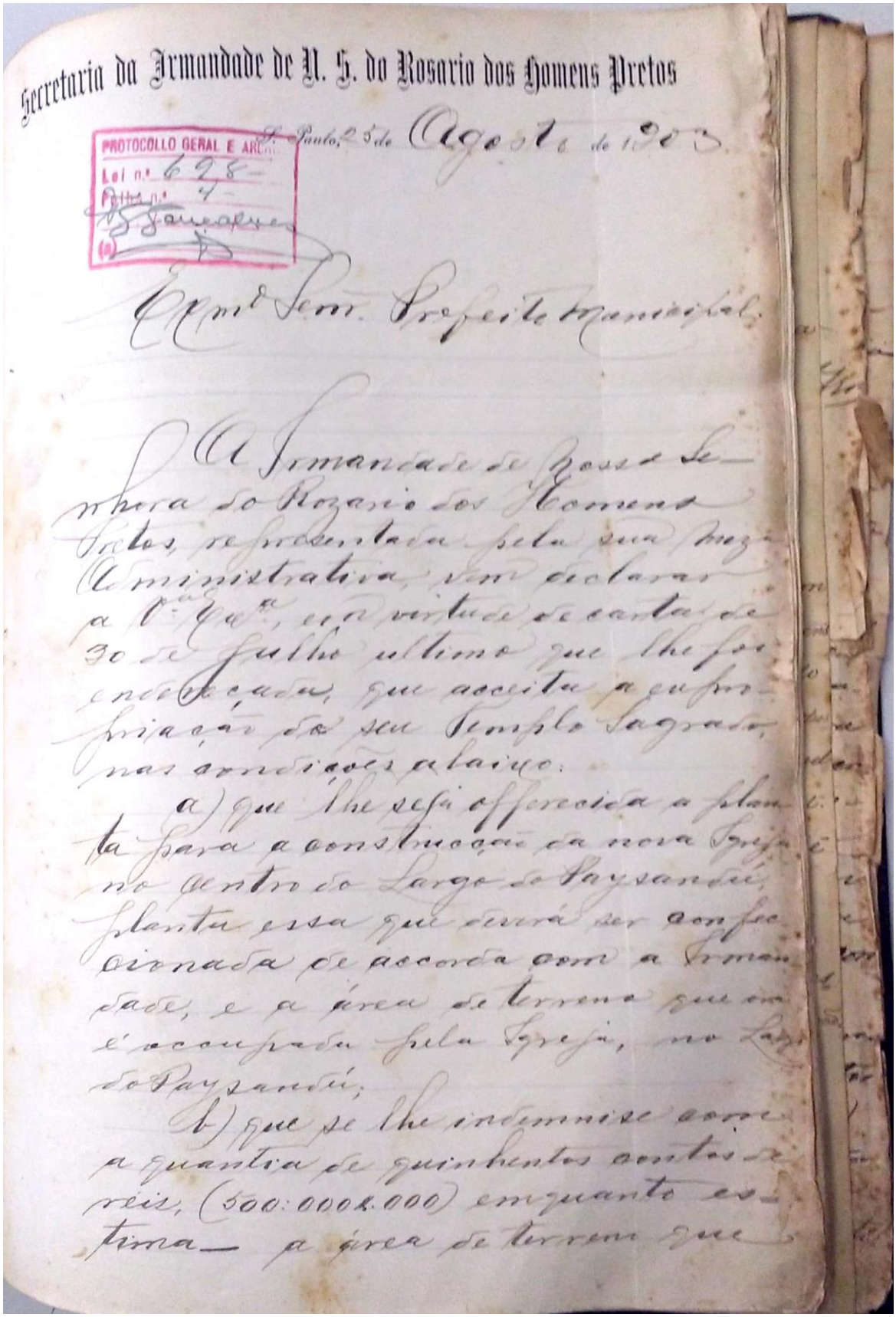


Figura 8: Postal da Igreja Nossa Senhora do Rosário em seu local original.
Fonte: Vanorden & Co. Sampa Histórica.
(https://sampahistorica.wordpress.com/2014/03/07/igreja-do-rosario-2/)

Figura 9: Igreja Nossa Senhora do Rosário atualmente, no Largo do Paissandu (SP).
Fonte: Autor desconhecido. Sampa Histórica.
(https://sampahistorica.wordpress.com/2014/12/16/a-igreja-do-rosario-hoje/)

A desapropriação foi aceita pela Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos, mas consta nas atas da Câmara referentes à Lei n° 698 de 24 de Dezembro de 1903, a tentativa de negociação dessa Irmandade com a prefeitura, na qual pedia o pagamento de 500 contos de réis e uma planta para a nova Igreja que fosse elaborada em conjunto com a Irmandade (Figura 10) ao que a municipalidade respondeu com o pagamento de apenas metade do valor demandado e a entrega de uma planta que deveria ser fielmente executada (Figura 11).



Secretaria da Irmandade de N. S. do Rosario dos Homens Pretos

S. Paulo, 25 de Agosto de 1903.

PROTOCOLLO GERAL E ARCH.
Lei n.º 698
Folha n.º 4

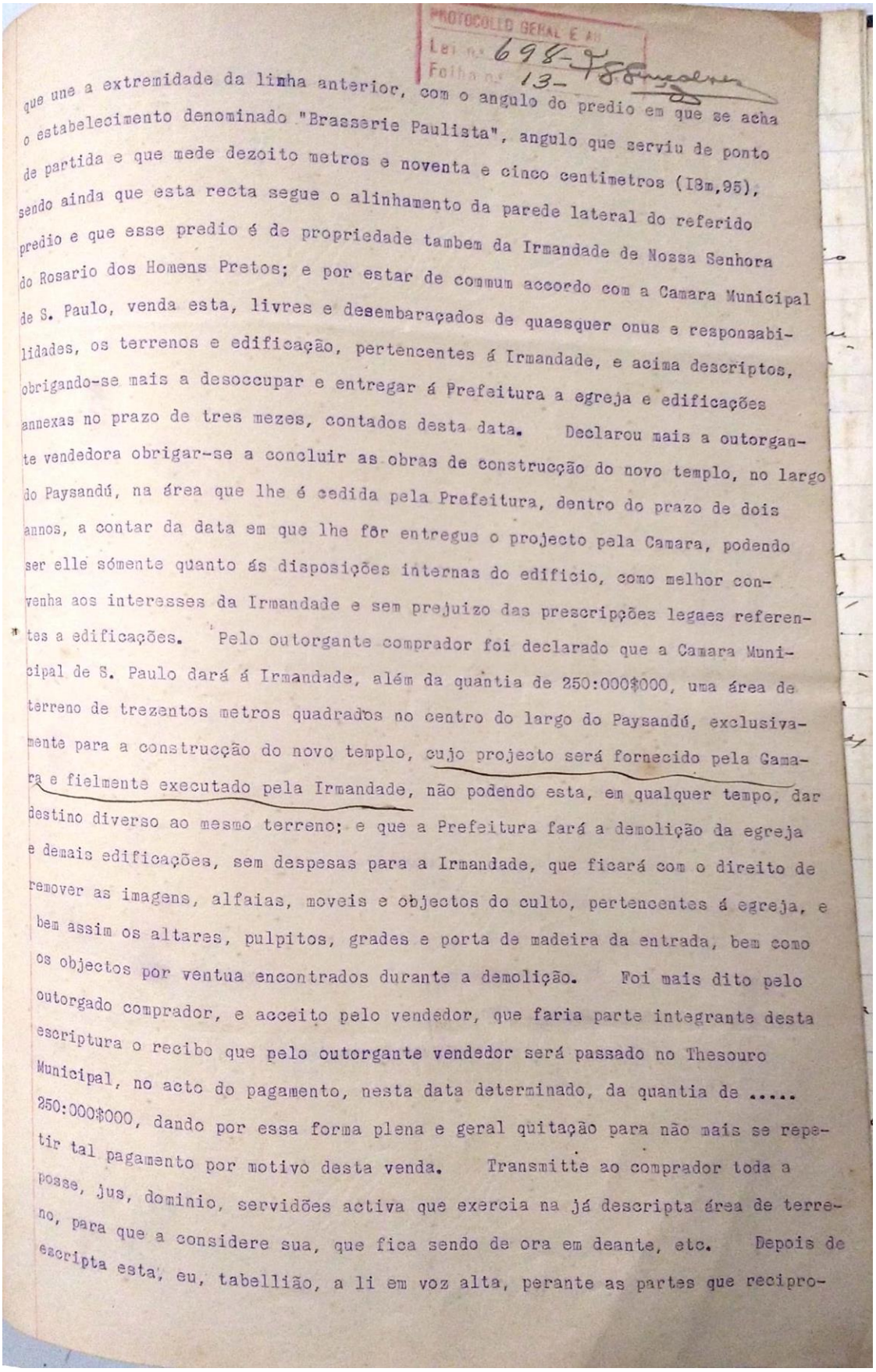
Exmo. Senr. Prefeito Municipal.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos Homens Pretos, representada pela sua Meza Administrativa, vem declarar a V. Exa., em virtude de carta de 30 de Julho ultimo que lhe foi endereçada, que acceita a expropriação do seu Templo Sagrado, nas condições abaixo:

a) que lhe seja offerecida a planta para a construcção da nova Igreja no centro do Largo do Paysandú, planta essa que deverá ser confeccionada de accordo com a Irmandade, e a área de terreno que ora é occupada pela Igreja, no Largo do Paysandú;

b) que se lhe indemnise com a quantia de quinhentos contos de réis, (500:000$.000) emquanto estima — a área de terreno que

Figura 10: Primeira página do termo de acordo enviado pela Irmandade para a Prefeitura.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.



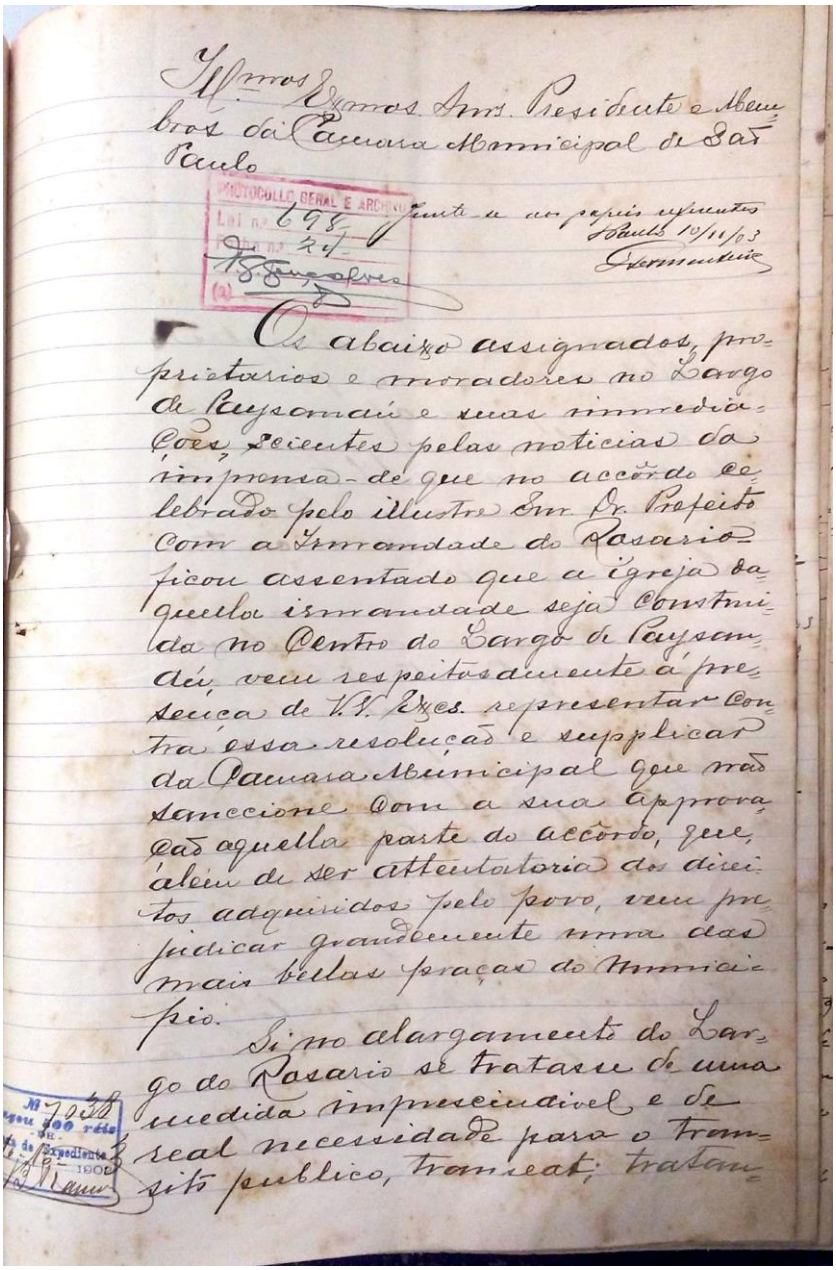
PROTOCOLLO GERAL E AD
Lei nº 698-
Folha nº 13-

que une a extremidade da linha anterior, com o angulo do predio em que se acha o estabelecimento denominado "Brasserie Paulista", angulo que serviu de ponto de partida e que mede dezoito metros e noventa e cinco centimetros (18m,95), sendo ainda que esta recta segue o alinhamento da parede lateral do referido predio e que esse predio é de propriedade tambem da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos; e por estar de commum accordo com a Camara Municipal de S. Paulo, venda esta, livres e desembaraçados de quaesquer onus e responsabilidades, os terrenos e edificação, pertencentes á Irmandade, e acima descriptos, obrigando-se mais a desoccupar e entregar á Prefeitura a egreja e edificações annexas no prazo de tres mezes, contados desta data. Declarou mais a outorgante vendedora obrigar-se a concluir as obras de construcção do novo templo, no largo do Paysandú, na área que lhe é cedida pela Prefeitura, dentro do prazo de dois annos, a contar da data em que lhe fôr entregue o projecto pela Camara, podendo ser elle sómente quanto ás disposições internas do edificio, como melhor convenha aos interesses da Irmandade e sem prejuizo das prescripções legaes referentes a edificações. Pelo outorgante comprador foi declarado que a Camara Municipal de S. Paulo dará á Irmandade, além da quantia de 250:000$000, uma área de terreno de trezentos metros quadrados no centro do largo do Paysandú, exclusivamente para a construcção do novo templo, cujo projecto será fornecido pela Camara e fielmente executado pela Irmandade, não podendo esta, em qualquer tempo, dar destino diverso ao mesmo terreno; e que a Prefeitura fará a demolição da egreja e demais edificações, sem despesas para a Irmandade, que ficará com o direito de remover as imagens, alfaias, moveis e objectos do culto, pertencentes á egreja, e bem assim os altares, pulpitos, grades e porta de madeira da entrada, bem como os objectos por ventua encontrados durante a demolição. Foi mais dito pelo outorgado comprador, e acceito pelo vendedor, que faria parte integrante desta escriptura o recibo que pelo outorgante vendedor será passado no Thesouro Municipal, no acto do pagamento, nesta data determinado, da quantia de ..... 250:000$000, dando por essa forma plena e geral quitação para não mais se repetir tal pagamento por motivo desta venda. Transmitte ao comprador toda a posse, jus, dominio, servidões activa que exercia na já descripta área de terreno, para que a considere sua, que fica sendo de ora em deante, etc. Depois de escripta esta, eu, tabellião, a li em voz alta, perante as partes que recipro-

Figura 11: Segunda página da Minuta com o acordo firmado entre Municipalidade e Irmandade.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Além das questões envolvendo Prefeitura e Irmandade, a mudança da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos também envolveu a sociedade. A população que já habitava o Largo do Paissandu não aceitou bem a mudança dos negros para os seus arredores e enviou um abaixo assinado ao prefeito pedindo que o local se tornasse uma área de lazer e o terreno para a Igreja fosse redefinido (Figura 12).

Vale colocar que a municipalidade recebeu propostas de venda de outros terrenos para abrigar o novo projeto da Igreja, no entanto a prefeitura continuou com o local preliminarmente decidido. Essa decisão não foi tomada considerando-se que os negros também eram cidadãos, ao contrário a justificativa apresentada à sociedade considerava apenas questões orçamentárias do governo.



Illmos Exmos Snrs. Presidente e Membros da Camara Municipal de São Paulo

PROTOCOLLO GERAL E ARCHIVO
Lei nº 698
Folha nº 24
(a)

Junte-se aos papeis referentes
S. Paulo 10/11/03
[illegible]

Os abaixo assignados, proprietarios e moradores no Largo de Paysandú e suas immediações, scientes pelas noticias da imprensa de que no accôrdo celebrado pelo illustre Snr. Dr. Prefeito com a Irmandade do Rosario ficou assentado que a igreja daquella irmandade seja construida no Centro do Largo de Paysandú, vem respeitosamente á presença de V.V. Excs. representar contra essa resolução e supplicar da Camara Municipal que não sanccione com a sua approvação aquella parte do accôrdo, que, além de ser attentatoria dos direitos adquiridos pelo povo, vem prejudicar grandemente uma das mais bellas praças do Municipio.

Si no alargamento do Largo do Rosario se tratasse de uma medida imprescindivel e de real necessidade para o transito publico, transeat; tratan-

Nº 7038
Pagou 500 réis
de Expediente
[illegible] 1903

Figura 12: Primeira página do abaixo assinado dos habitantes do Largo do Paissandu contra a mudança da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para a região.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Outro exemplo que pode ser citado é a questão dos mercados municipais que, conforme Raquel Rolnik (ROLNIK, 1997, p. 62), eram pontos focais do território negro. Os mercados tornaram-se importante meio de sobrevivência econômica da população negra liberta de São Paulo, mas possuíam uma importância maior do que apenas financeira, tinham papel social e cultural, eram locais de contato, de troca de informações (ROLNIK, 1997, p. 61) e como outros locais característicos da população liberta, os mercados também fizeram parte do Plano de Melhoramentos proposto por Prado.

A partir dos relatórios elaborados pela prefeitura à Câmara Municipal é possível perceber que os Mercados da Concórdia e da São João, o último conhecido como mercadinho da São João (ROLNIK, 1997, p. 62), vão perdendo espaço nos investimentos municipais em detrimento do mercado da 25 de março que é totalmente reformado, tornando-se, portanto, a imagem da nova São Paulo: moderno e de uso elitizado, com o apagamento da população negra.

Prado colocou nos relatórios entregues ao longo do seu mandato que os mercados da Concórdia e da São João estavam em decadência, o primeiro desaparece dos relatórios a partir de 1906, enquanto para o segundo consta o plano de demolição e reconstrução nas proximidades do Viaduto Santa Efigênia. Referindo-se aos mercados da São João e da Concórdia, coloca Antônio Prado:

> "A ideia dos pequenos mercados já está mais do que condemnada pela experiência ou pelo menos ainda não parece oportuna. De fato, decahem progressivamente o de São João e o da Concórdia ao passo que prospera o sempre central, o da Rua 25 de março. " (PRADO, Antônio da Silva. 1899)

Dessa forma, a partir dos exemplos mencionados, é possível observar um padrão das transformações urbanas realizadas por Antônio Prado: à medida que os investimentos chegavam a determinada região os negros eram expulsos para longe, em territórios que não recebiam capital. O Largo do Rosário, por exemplo, já constava nos investimentos municipais em 1901 (Figura 13), o que culminou na expulsão dos manumitidos em 1903. Assim, a atuação do Estado faz com que a população negra fique à margem dos benefícios da cidade e seja o principal grupo afetado pelos custos do desenvolvimento urbano (Figura 14).

Annexo N.º 17

PREFEITURA MUNICIPAL

Anno de 1902

DIRECTORIA DE OBRAS

Melhoramentos do centro da cidade

Ruas	Guias		Passeios		Calçamentos		Importancias totaes
	Extensões	Importancias	Áreas	Importancias	Áreas	Importancias	
Anno de 1901							
	m1		m2		m2		
Largo do Rosario	140,85	1:112$095	315,00	2:590$000	526,00	7:415$495	11:117$590
Rua Direita (lado par entre S. Bento e Misericordia)	214,40	1:569$025	433,00	3:577$550	— — —	— — —	15:146$575
Rua São Bento	892,34	7:195$595	1095,00	8:620$000	1055,10	14:454$870	30:270$465
Rua Boa Vista	77,20	521$260	— — —	— — —	— — —	— — —	521$260
Total.	1324,79	10:397$975	1843,00	14:787$550	1581,10	21:870$365	47:055$890
Anno de 1902							
					m2		
Rua S. Bento e cruzamento com rua Direita	— — —	— — —	— — —	— — —	1309,04	18:817$849	18:817$849
Rua 15 de Novembro e largo da Sé	713,60	4:996$870	1431,58	12:916$050	— — —	— — —	17:913$520
Rua Direita e largo da Misericordia	631,85	4:251$430	1011,84	8:977$680	740,80	9:883$938	23:113$048
Rua e largo do Thesouro	145,20	998$843	207,96	1:761$862	— — —	— — —	2:760$705
Ruas Boa Vista e Rosario	218,80	1:494$640	501,68	3:817$304	— — —	— — —	5:311$044
Total.	1709,45	11:741$783	3153,06	27:473$596	2049,84	28:701$787	67:917$066
Preços médios	7$296 por metro linear		8$459 por metro quadrado		13$928 por metro quadrado		

Figura 13: Melhoramentos do centro da cidade.
Fonte: Relatórios da Prefeitura à Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Figura 14: Retrato de homem idoso recostado em grade metálica da Rua São João.
Fonte: Vicenzo Patore (1910). Acervo Instituto Moreira Salles.

****

As propostas de Antônio Prado, longe de preocuparem-se com a população negra, marginalizaram os alforriados na cidade. Percebe-se, então, que o planejamento urbano na gestão de Prado perseguiu um padrão no qual o negro foi segregado de uma forma que repercute até hoje na organização da cidade: seus espaços de moradia, cultura e convivência são destruídos, restando apenas a periferia e as áreas precárias como alternativa de sobrevivência, longe dos benefícios da urbanização da cidade. Assim, se por um lado Antônio Prado é responsável por um dos maiores surtos urbanísticos de São Paulo, por outro também possui grande influência na segregação sócio-espacial dos manumitidos.

Dessa forma, a conquista da liberdade para os ex-escravos não representou mudanças profundas na sua situação na sociedade. Se na escravidão negros e brancos ficavam divididos em Casa Grande e Senzala, na cidade essa situação se reestabelece pela oposição entre Centro e Periferia. O governo e suas instituições não se preocuparam em inserir a população liberta e dar-lhe condições de sobrevivência; ao contrário, utilizaram de seus meios para discriminá-la e essa atuação, mais do que isolar o negro, o colocou à margem como cidadão.

A pobreza dos manumitidos, portanto, não se concentra apenas na questão financeira ou espacial, mas também afeta sua posição como parte de uma nação, como indivíduo com direitos. Como coloca Fischer, “o acesso a direitos legais e garantias fundamentais moldaram as experiências da escravidão, abolição e urbanização. ” (FISCHER, 2008, p. 05).

Nesse sentido, a lógica de exploração se perpetua pautada na racialização que, se antes legitimava a exploração direta do trabalho, agora passa a “naturalizar” uma sociedade de classes. O negro mesmo com a abolição, não tem direitos, não tem espaço na cidade, é marginalizado e explorado. Sua emancipação não é completa (cf. ALBERTO, 2017) já que se mantêm um padrão que segrega a população liberta e que, a partir da informalidade a qual está sujeito o negro na sociedade e na cidade, mantêm relações de poder e submissão. Assim alcança-se a liberdade, mas não a igualdade.

O negro no pós abolição continua discriminado, seus meios de sobrevivência e ascensão social são cerceados de forma que se garanta que ele não faça parte da sociedade, apenas quando de interesse da elite branca. Dessa maneira, o urbanismo praticado por Antônio Prado refletiu um modelo social de inserção do manumitido pautado na segregação racial que ecoa até hoje e que pouco é discutido, reiterando a relação entre racismo e espaço urbano, na qual o racismo produz a cidade e, ao mesmo tempo, também é produto dela.

REFERÊNCIAS

• OBRAS GERAIS

ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX.* São Paulo: UNICAMP, 2017.

ALONSO, Angela. *O Movimento abolicionista como movimento social*. Novos Estudos, CEBRAP São Paulo, novembro de 2014

_____. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88).* 1ª ed. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2015

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988).* Bauru: EDUSC, 1998

BARROS, Rafael de**.** *O Correio Paulistano.* São Paulo. 20 de dezembro de 1887.

BASTIDE, Roger. FERNANDES, Florestan. *Brancos e Negros em São Paulo.* 4ª ed. São Paulo: GLOBAL, 2008

BRODWYN, Fischer. *A Poverty of Rights*. 1ª ed. California: STANFORD UNIVERSITY, 2008.

CAMPOS, Cândido Malta et al. *São Paulo: Metrópole em trânsito – percursos urbanos e culturais*. São Paulo: EDITORA SENAC, 2004

COHN, Amélia. *Correio Paulistano.* São Paulo, Faculdade Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20PAULISTANO.pdf. Acesso em: 27/08/2017

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século. O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903).* São Paulo: RIMA/FAPESP, 2003.

_____. *Victor da Silva Freire: a vida, as ideias e as ações de um urbanista paulistano de primeira hora – 1869/1951.* São Paulo; Cadernos de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Mackenzie, 2015

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: SENAC, 2004.

FARIAS, Juliana Barreto et al. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. 2 ed. São Paulo: ALAMEDA, 2006

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes – volume 1: ensaio da interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo. EDITORA GLOBO, 2008

GAHYVA, Helga da Cunha. *A epopeia da decadência: um estudo sobre o ESSAI sur l'inegalité des races humaines (1853 – 1855), de Arthur de Gobineau*. Rio de Janeiro: MANA vol. 17 no. 3, 2011

GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas: Salvador, cidade D´Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2009

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Antônio da Silva Prado, prefeito da cidade de São Paulo: 1899-1910.* V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais, Campinas : FAU-PUCCampinas, 1998.

_____. *O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: MARTINS FONTES, 1996

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo**.** *O Plano e o Pânico – Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.

MOURA, Clovis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: GLOBAL, 1983

PETRONE, Pasquale. *A Cidade de São Paulo no século XX: São Paulo transforma-se em metrópole industrial*. Revista de História, São Paulo, v.6, n.21/22, p.127-170, jan./jun 1955

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *A construção da cidade de São Paulo, 1872-1914*. São Carlos: RIMA/FAPESP, 2004.

PORTA, Paula (org). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX 1890-1954*. São Paulo: PAZ E TERRA, 2004 – 3 volumes.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Antônio Prado*. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014

ROLNIK, Raquel**.** *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

_____. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro).* São Paulo: Revista de Estudos Afro-Asiáticos, 1989

SANTOS, Renato Emerson (org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil.* São Paulo: EDITORA AUTÊNTICA, 2007.

_____. *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DE PETRUS, 2012.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930).* São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2015.

SEGAWA, Hugo. *Preludio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX só XX*. 2 ed. São Paulo: ATELIÊ EDITORIAL, 2004.

SILVA, Marcos Virgílio da, 2005. *Naturalismo e biologização das cidades na constituição da ideia de meio ambiente urbano*. São Paulo: FAUUSP (mestrado)

SIMÕES, José Geraldo. *Anhangabaú: História e Urbanismo*. São Paulo: EDITORAL SENAC, 2004

SKIDMORE, Thomas. 1976. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: COMPANHIA DAS LETRAS, 2012.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Três cidades em um Século*. 3 ed. São Paulo. COSAC & NAIFY, 2004.

WISSEMBACH, M. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas – escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* Mestrado, USP, 1998.

- FONTES IMPRESSAS

O Correio Paulistano. Editorial do Rio de Janeiro. São Paulo. 7 de novembro de 1886.

_____. 6 de novembro de 1887.

_____. São Paulo. 10 de outubro de 1888.

_____. São Paulo. 30 de abril de 1890.

_____. São Paulo. 11 de abril de 1891.

_____. São Paulo. 24 de maio de 1891.

_____. São Paulo. 17 de abril de 1894.

_____. São Paulo. 11 de abril de 1891.

_____. São Paulo. 17 de fevereiro de 1900.

_____. São Paulo. 30 de julho de 1900.

_____. São Paulo. 8 de janeiro de 1902.

_____. São Paulo. 8 de janeiro de 1903.

_____. São Paulo. 28 de janeiro de 1906.

_____. São Paulo. 13 de maio de 1906.

_____. São Paulo. 13 de janeiro de 1910.

- RELATÓRIOS OFICIAIS

PRADO, Antônio da Silva. *Relatórios de 1899 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado*. São Paulo: 1900.

_____. *Relatórios de 1900 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado*. São Paulo: 1901.

_____. *Relatórios de 1901 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado*. São Paulo: 1902.

_____. *Relatórios de 1902 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado*. São Paulo: 1903.

_____. *Relatórios de 1903 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado.* São Paulo: 1904.

_____. *Relatórios de 1904 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado.* São Paulo: 1905.

_____. *Relatórios de 1905 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado*. São Paulo: 1906.

_____. *Relatórios de 1906 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado.* São Paulo: 1907.

_____. *Relatórios de 1907 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado*. São Paulo: 1908.

_____. *Relatórios de 1908 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado.* São Paulo: 1909.

_____. *Relatórios de 1909 apresentado a Camara Municipal pelo prefeito Dr. Antônio Prado.* São Paulo: 1910.